



Creches, luta que mobiliza mulheres

PAULO SERGIO SCARPA

Com a atual crise econômica que o País atravessa, a mulher está sendo requisitada, cada vez mais, a deixar o seu lar e entrar, para competir, no mercado de trabalho. Essa situação está gerando, segundo a psicóloga Raquel Moreno, uma série de dificuldades para a mulher, principalmente para a mãe de família, que não tem com quem deixar os seus filhos quando está trabalhando e que se vê impossibilitada, por causa disso, de cuidar de sua educação.

"Se o Poder Público tivesse sensibilidade e preocupação pelo problema", diz a psicóloga, "ele seria o principal interessado em fazer cumprir a lei que obriga as empresas, com mais de 30 mulheres maiores de 16 anos entre seus funcionários, a terem em sua sede uma creche, na qual ficariam as crianças de zero a seis anos de idade, durante o horário de trabalho da mãe."

Consciente do problema e da falta de estímulo e apoio do Poder Público, o 1.º Congresso da Mulher Paulista, realizado em 1979, em São Paulo, colocou em sua pauta de discussão, a formação de um movimento visando a conseguir das prefeituras, a construção de creches, localizadas principalmente ao lado de favelas, fábricas e na periferia da cidade.

Logo após o congresso, um grupo de mulheres criou o Movimento de Luta por Creches, hoje atuando em quase todos os bairros da Capital e mobilizando centenas de mães de todas as classes sociais, mas agindo diretamente entre as socialmente mais carentes.

"O Movimento de Luta por Creches", diz Raquel Moreno, "veio unificar um esforço que já estava sendo feito, há muito tempo, mas separadamente. A luta pela construção de creches não é nova, apenas ela estava sendo feita sem sistematização. A união veio fortalecer ainda mais os objetivos do movimento".



Raquel quer cumprimento da lei de creches.



Para Amélia, Movimento enfrenta burocracia.

Para lembrar

"Descobri, depois de apanhar muito na vida, mudar-me do Paraná para cá e morar debaixo da ponte, que a gente só consegue o que deseja na vida com muita união".

José Francisco de Souza,

2.º tesoureiro da Sociedade Moradores de Barracos do Jardim Parapanema. "Folha", 24/1/81

MOBILIZAÇÃO

O movimento está atuando hoje em três frentes: em bairros onde não há creches, mas sua população tem consciência da necessidade de construí-las; em bairros onde não há creches e nem está mobilizado para reivindicá-las e em bairros onde já existem creches, mas funcionando precariamente.

Em 1979, só para se ter uma idéia da necessidade de construções de novas creches em São Paulo, havia apenas quatro, funcionando com a ajuda da Prefeitura, segundo Raquel Moreno. "E, mesmo assim, funcionando precariamente, sem alimentação adequada para as crianças, com falta de assistentes ou construídas de maneira ineficiente."

No ano passado, conta a psicóloga, o prefeito Rinaldo de Barros havia prometido ao movimento a construção de 830 creches na Capital, até o final de 81. No entanto, esse número caiu para 630 e, hoje, a Prefeitura só conseguiu construir, do total prometido anteriormente, apenas 14 em Santo Amaro e outras 16 em Campo Limpo, que foram inauguradas segunda-feira passada e ainda não estão funcionando.

Essas 30 creches, no entanto, não foram construídas segundo o padrão estabelecido pela Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes), diz Raquel Moreno. Em outras palavras, a Prefeitura utilizou-se desse padrão para calcular o orçamento das obras, mas as creches foram construídas com material de qualidade inferior. O Movimento de Luta por Creches constatou, em algumas delas, que o chão de "paviflex", que constava do projeto original da Cobes, foi substituído por cimento, "o que dificulta e prejudica as crianças, que estão engatinhando"; as tomadas elétricas foram colocadas em locais de fácil acesso e os muros de concreto substituídos por cerca de arame farpado, "inadmissível em um local onde ficam crianças".

Em algumas dessas creches, entretanto, "a pedido do Movimento, a Prefeitura já modificou as instalações, segundo o padrão original", conta a psicóloga.

A Prefeitura também atendeu a um outro pedido do movimento: em sete das 14 creches de Campo Limpo foram feitas inscrições de pais das crianças para trabalharem como funcionários, todos escolhidos pelos próprios moradores do bairro, através dos Clubes de Mães, Associações de Amigos do Bairro e Comunidades de Base. "A Prefeitura, no entanto, não continuou a aplicar esse critério, o mais democrático de todos", diz Raquel Moreno. Outros bairros da Capital já iniciaram movimentos visan-

do a conseguir a aplicação desse mesmo critério na seleção dos funcionários das creches.

INSENSIBILIDADE

O movimento pela construção de creches em São Paulo existe desde 1973. Ele nasceu na Zona Sul da Cidade, conta uma de suas participantes, Maria Amélia de Almeida Teles, para quem a mobilização tornou-se realmente eficiente, a partir da criação do Movimento de Luta por Creches. "Mas dois anos atrás o movimento ainda enfrentava barreiras burocráticas e a falta de sensibilidade das autoridades para o problema da mulher que tem que trabalhar fora de lar e não sabe a quem entregar a educação de seus filhos", diz Maria Amélia.

Em 1975 — relembra — um grupo de mães da Zona Sul foi até a Secretaria do Bem-Estar Social, pedir a construção de creches na região. O então coordenador da Sebes afirmou que "não havia verbas" para a construção, "mas acabou confessando que as creches não interessavam à Prefeitura, porque "criança não dá lucro".

O Movimento de Luta por Creches reivindica, hoje, que a Prefeitura assuma totalmente a construção e manutenção das creches, pois entende que "é um direito do cidadão, que paga altíssimos impostos para isso". Quer ainda que todas as creches sejam construídas segundo o padrão estabelecido pela Cobes "o melhor tipo de construção até hoje oferecido" —, o mais próximo possível de fábricas, favelas e conjuntos residenciais populares.

Uma outra reivindicação se dirige aos sindicatos e entidades representativas de classe. O Movimento de Luta por Creches, segundo Raquel Moreno, tem constatado também que, nas negociações salariais entre patrões e empregados, a primeira exigência das categorias assalariadas a perder sua força é a instalação de creches nas empresas. "A mulher operária necessita ser melhor assistida pelos seus respectivos sindicatos. Ainda há discriminação contra a mulher e, também nos órgãos de classe, encontramos a mesma insensibilidade ao problema da educação dos filhos", salienta Raquel Moreno.

"Já não podemos mais tolerar casos como o de crianças deixadas trancadas em suas casas, enquanto a mãe está trabalhando. Nem a morte de crianças, queimadas em barracões e que são manchetes de jornais", desabafa a psicóloga.

Uma casa-modelo para as crianças

ESP 01/2/81

Há 54 anos, o então bispo de São Carlos, dom Gastão Liberal Pinto, criava aquela que seria o modelo das atuais creches-padrão, a Fundação Paulista de Assistência à Infância, uma das mais procuradas por mães que trabalham fora de casa, especialmente as funcionárias das centenas de lojas do Bom Retiro.

Naquela época, o bairro possuía poucos prédios, e uma das primeiras construções suntuosas foi justamente o edifício que abriga a Fundação, erguido com recursos que dom Gastão tirou da herança deixada por sua família. Com o falecimento do bispo, o patrimônio passou integralmente à instituição, que hoje enfrenta problemas financeiros para manter o padrão de atendimento que garante, à entidade, elogios como de manter a creche melhor organizada em todo o município de São Paulo.

O reconhecimento, porém, para por aí. No ano passado, por exemplo, os subsídios governamentais não ultrapassaram Cr\$ 80 mil e, para que fosse possível reformar o telhado do prédio, as irmãs dominicanas que cuidam da instituição tiveram de recorrer a uma entidade religiosa alemã, a Misereor.

A creche da Fundação, desse modo, tem sido mantida através de contribuições e doações de particulares, além do dinheiro arrecadado por iniciativa das próprias freiras, em bazares, chás beneficentes etc. Os pais das crianças atendidas pela Fundação também pagam uma pequena taxa mensal, que nunca ultrapassa Cr\$ 1 mil. A maioria contribui conforme suas possibilidades, que são verificadas pelas próprias freiras. Há, inclusive, casos em que essa taxa é apenas simbólica, em torno de Cr\$ 50 ou Cr\$ 100 mensais.

CONVÊNIOS

A Fundação também mantém convênios com a Prefeitura e indústrias, que, no entanto, cobrem apenas uma pequena parcela dos gastos reais da instituição. Esses gastos chegam a quase Cr\$ 300 mil mensais, segundo irmã Angélica, uma das dez freiras dominicanas que prestam serviços à entidade.

Paralelamente à crise financeira, a instituição enfrenta, ainda, o problema da falta de voluntários para o atendimento às crianças. Há, por exemplo, um gabinete dentário completo instalado na Fundação, que não está sendo utilizado há algum tempo, por falta de profissionais habilitados. Durante certo tempo as irmãs contaram com a ajuda de estagiários, mas esses não podiam se dedicar sistematicamente ao atendimento das crianças.

O mesmo ocorre em relação a professores do pré-primário. Uma professora, agora aposentada, prestava serviços à Fundação, mas, a partir deste ano, a diretoria da instituição não contará mais com a sua colaboração, e, até o momento, não conseguiu sensibilizar os poderes públicos a cederem um funcionário para a vaga. Problemas que deverão ser solucionados.

LEMBRANÇAS DA CRECHE

Palma Bevilacqua, esposa do escritor Marcos Rey (um dos autores do seriado "Sítio do Picapau Amarelo"), atualmente com 52 anos, passou sete anos na Fundação. Até hoje ela se recorda da maneira carinhosa com que ela e outros quatro irmãos eram tratados pelas freiras dominicanas, e da assistência prestada pelos voluntários da instituição.

"Minha mãe — conta dona Palma — fazia bordados para fora, e não tinha tempo para cuidar de todos os filhos. Aos seis meses de idade eu já estava na creche, e comecei a aprender a ler e escrever na Casa de D. Gastão. Além da educação, outro aspecto que merece ser ressaltado é a assistência médica que a instituição presta aos semi-internos. Até hoje conservo meu dentes naturais, graças ao excelente dentista que a Fundação mantinha. Para se ter uma idéia do nível de atendimento, basta dizer que saí de lá aos sete anos, e até hoje lembro do banho que nos dava banho, Emlília-

Mulheres

Querem eliminar a miséria, eliminando os miseráveis

Em Porto Alegre, um debate sobre Planejamento Familiar demonstra que a política de controle de natalidade proposta no PREV-SAÚDE está inteiramente ligada com a atual crise econômica. O governo quer diminuir o número de pobres justamente no momento em que sobe o custo de vida, aumenta o desemprego e caem cada vez mais os gastos oficiais com saúde e assistência.

Por Dinah Lemos e Sônia Maluf

PREV-SAÚDE: Controle de natalidade



Querem eliminar com a miséria, eliminando os miseráveis". Era o que dizia um dos cartazes afixados no Sindicato dos Vestuários de Porto Alegre, no dia 16 de dezembro, durante a realização de um painel-debate sobre Planejamento Familiar. Convocado por um grupo de trabalho inicial composto por grupos feministas de Porto Alegre, núcleo de saúde do PT, CEBES, e Ação da Mulher Trabalhista, o painel se propôs a abrir na cidade a discussão e a campanha contra o projeto de controle de natalidade que hoje se apresenta disfarçado de Programa Nacional de Serviços Básicos da Saúde (PREV-SAÚDE), no ponto "Atenção Materno-Infantil".

O espaço que hoje a imprensa oficial abre para o PREV-SAÚDE (Observe-se um Globo Repórter inteiro sobre planejamento familiar), a expressão de diversos setores da Igreja em relação ao controle de natalidade e métodos contraceptivos, a tomada de posição pelas associações e sindicatos médicos sobre o projeto mostram que a ofensiva do governo e de organismos internacionais no sentido de uma implantação massiva do controle de natalidade no Brasil se depara com o crescimento de uma forte oposição. Os diversos setores com diferentes posicionamentos encontram uma unidade na crítica ao projeto e na busca da

O problema real não é a falta de alimentos mas sim um sistema de produção e distribuição orientado pelo lucro.

ampliação da discussão para largas camadas da população.

No painel realizado em Porto Alegre, as críticas que foram feitas apontaram desde o caráter autoritário do projeto até a oficialização da violência sobre a mulher e sobre seu direito de optar se quer ou não ter filhos. O geógrafo Igor Moreira, presente no debate, apontou inúmeros dados e estatísticas, denunciando que não existe super-população no Brasil e sim uma má distribuição demográfica.

Os grupos feministas, por outro lado, levantam a preocupação de apontar que sobre a mulher recaem com maior peso as consequências desse tipo de projeto e demonstram a necessidade de incentivar as mulheres a se mobilizarem na busca de liberdade e direito de escolha.

Apresentamos aqui um resumo da primeira

parte do painel, que serve como ponto de partida para a continuidade do trabalho:

"As posições anti-natalistas que subsidiam os governos de países dependentes na adoção de programas de planejamento familiar têm suas origens na teoria formulada por Malthus, em 1798.

O postulado sobre o qual é erigida sua teoria é o de que a população aumenta em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumenta em progressão aritmética, sendo o excesso populacional daí resultante, a causa da fome e da miséria. Para vencer este obstáculo que a natureza impõe à humanidade, são apontados então os freios preventivos, que se referem ao controle da taxa de natalidade.

Por volta de 1950, num momento em que aprofunda-se a contradição do mundo dito subdesenvolvido, cujos indicadores máximos se situam no aumento da miséria de suas populações e na deflagração de movimentos de libertação nacional, significativamente, ocorrem várias reuniões internacionais que demonstram, em seus relatórios finais, grande preocupação com os problemas populacionais. Suas teses como um todo, convergem novamente para o mesmo ponto: reconhecem a distância existente entre países pobres e países ricos, identificando como o grande obstáculo ao desenvolvimento dos países pobres o crescimento acelerado das suas populações. A causa da falta de alimentos, do esgotamento dos recursos naturais, dos problemas sociais em geral, são nada mais nada menos que as altas taxas de natalidade que ocorrem nos países periféricos. É essa tese, chamada neo-malthusiana, que é retomada para ser... Je embaçamento aos programas de planejamento familiar que são aplicados em diversos países do terceiro mundo. É importante notar que os freios morais apregoados pela teoria de Malthus são substituídos por freios físicos.

Porto Rico e Índia: duas terríveis experiências "bem sucedidas" de controle de natalidade massivo.

Porto Rico, em 1925, foi o primeiro campo de intervenção dos programas americanos de controle de natalidade. Desde então, a ilha se tornou um gigantesco laboratório para experimentos de métodos anticoncepcionais. Em 1937, foi legalizada a esterilização e hoje ela é apresentada como "a solução ideal". As esta-

tísticas de 1965 indicam que 90% dos partos realizados eram seguidos de uma imediata esterilização. A proporção total de mulheres esterilizadas em Porto Rico é de 35,5%, enquanto que na camada de baixa renda é de 44%.

Em 1952, a população da Índia é brindada com um programa de planejamento familiar que é reorganizado em 1975. Desde os primeiros anos da década de 70, o plano executado na Índia ganha contornos extremamente radicais, principalmente durante o governo excepcional de Indira Ghandi, de 1975 a 1977. O planejamento Familiar era incentivado através da distribuição maciça de pílulas anticoncepcionais e outros preservativos. Foram dadas recompensas aos médicos e enfermeiras por cada candidato suplementar à esterilização; foi suprimida a licença pós-parto às mulheres operárias que tivessem muitos filhos; e, finalmente, as pequenas cidades, poucas receptivas às campanhas de esterilização, foram ameaçadas de não terem construídas estradas e nem receberem água encanada.

Mesmo contando com um programa tão radical, 10 anos depois de sua implantação, ele já começa a ser considerado um fracasso, pois a população da Índia continua crescendo rapidamente.

Segundo Nick Eberstadt, professor da Universidade de Harvard, "... não existe nenhuma justificativa lógica ou técnica para haver fome em qualquer parte do mundo. A produção anual de alimentos no mundo é suficiente para alimentar a todos confortavelmente. ...A expectativa da população da terra no ano 2000 é de 7 bilhões de pessoas. Não seria realista dizer que no ano 2000 o mundo poderia alimentar 70 bilhões de pessoas, mas a tecnologia para que isso acontecesse estaria disponível".

Diante dessas afirmações pode se chegar a algumas conclusões:

Sabe-se que é necessário ao capitalismo que haja, além do número de pessoas empregadas no processo produtivo, um excedente de mão de obra, chamado exército industrial de reserva, cuja função é a de forçar o rebaixamento dos salários. Mas, como esse exército de desempregados exige do estado uma série de despesas com saúde, previdência de mais serviços, há um certo ponto limite onde se torna excessivamente caro e, portanto, indesejável.

Por outro lado, a situação de miséria crescente, tem se mostrado potencialmente perigosa no que se refere a possíveis movimentos de alteração da ordem capitalista, e é nesse ponto que as atenções passam de fato a se voltar para a questão do planejamento familiar.

Existe no Brasil a BEM-FAM (financiada pela International Planned Parenthood Federation) que embora não tenha ligações oficiais com o governo brasileiro recebe um evidente apoio para distribuir pílulas para as "mulheres do povo" de forma indiscriminada, sem orientação nem acompanhamento médico.

Diante do que já foi exposto até aqui, a pergunta que se impõe é: porque um planejamento familiar maciço no Brasil, hoje? Dentro do panorama econômico brasileiro atual — de difícil manejo para a burguesia — somado ao alto nível de reivindicações populares por melhores condições de vida e maior participação nas decisões, nos vemos pela primeira vez com um plano nacional de controle da natalidade que vem apresentado, eufemisticamente, como "planejamento familiar". Nunca antes o governo havia assumido uma medida de tal natureza. Assim, não podemos ter outra explicação que a exposta: a situação nacional é extremamente crítica, exigindo conter o nascimento de futuros bolsões de contestação e dar à população a ilusão de que tal contenção resultaria numa melhoria do nível de vida, melhoria que o governo não consegue atender a nível salarial e de benefícios indiretos.

Os exércitos industriais de reserva, enormes no terceiro mundo, já apavoram as burguesias ameaçando tornarem-se exércitos de contestação da ordem vigente.

O objetivo é claro: não há trabalho de salvação nacional para a burguesia sem eliminar parte da população. Justamente aquela que mais sofre os efeitos da crise econômica. Tal eliminação não é, e não vai ser, direta nas pessoas vivas desta classe, mas sim através de uma tentativa massiva e extensa de impedir seu crescimento demográfico. A tentativa de controle específico de expansão da pobreza via limitação de nascimentos é clara e explícita.

É importante avaliar na implantação do planejamento familiar o peso em termos de definição da política de saúde dada pelos organismos internacionais que ajudarão a financiar o PREV-SAÚDE. São esses organismos os representantes do capital internacional que, como já foi dito, está preocupado com a manutenção da "ordem e paz social" nos países dependentes, de forma a terem garantias de retorno de seus capitais neles investidos".

Para evitar a confusão do ano passado, a coordenação do III Congresso da Mulher Paulista optou este ano por encontros regionais, garantindo dessa forma uma participação maior das mulheres e discussões produtivas sobre temas de interesse das participantes.

São Paulo — capital, ficou dividida em quatro regiões (Norte, Sul, Leste, Oeste). Uma quinta região é formada pelo Litoral Norte, que este ano resolveu participar socializando um longo e sólido trabalho com mulheres da região, e uma sexta região é formada pelo Interior.

O objetivo principal dessa divisão é a garantia de formação de grupos pequenos com o espaço de discussão que faltou no ano passado.

No entanto, toda essa preocupação está indo por morro abaixo desde o momento em que as brigadistas do jornal **Hora do Povo** entraram em



massa na coordenação do III Congresso.

Representando dezenas de entidades fantasmas, e dezenas de entidades que existem mas não as reconheceu como representantes, o objetivo das brigadistas parece ser única e exclusivamente o de impedir a realização do Congresso. Em todas as reuniões elas aparecem sem propostas, mas com ímpeto suficiente para embananar qualquer discussão ou votação.

Estamos já há quase um mês no congresso e até agora nada foi discutido, nada foi feito, nada foi organizado.

Diante desse impasse, foi convocada uma reunião geral para dia 15 no IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), onde aconteceu o previsto: as brigadistas compareceram massivamente, lotando miste-

riosas kombis de chapa branca, e tumultuando a reunião. (Ingenuidade ou burrice de nossa parte, o fato é que não anotamos o número das placas dessas kombis. De qualquer forma soa-nos estranho que um grupo que se diz de esquerda consiga o beneplácito dos órgãos oficiais a ponto de emprestar suas viaturas).

Desta vez as táticas desse grupo foram bastante sofisticadas; espalharam pelo local da reunião homens sobejamente conhecidos de outras reuniões, onde haviam agredido a correntadas membros da Oposição Sindical Metalúrgica.

Com esta psicologia do terror e com a total impossibilidade de se discutir qualquer questão, as representantes dos grupos feministas, da Coordenação do III Congresso da Mulher Paulista e dos grupos que possuem um trabalho e uma preocupação de fato com as questões relativas à mulher se recusaram a continuar trabalhando com as brigadistas do **HP** e se retiraram dessa

E para se evitar as bagunças, boicotes e manobras das brigadistas HP, que já nesta fase preparatória estão botando as manguinhas de fora.

por Maria Tereza Verardo

III Congresso da Mulher Paulista

Encontros Regionais

para maior participação

reunião convocando outra para o dia seguinte.

A reunião do dia 16, que contou com a presença de 60 pessoas representantes **de fato** de várias entidades, chegou à conclusão que a falta de direção do movimento de mulheres em São Paulo estava dando margem às manobras e oportunidades como do pessoal do **HP** e, para evitar este tipo de coisas, foi eleita uma comissão executiva formada pelos grupos de mulheres que reconhecidamente têm trabalho em São Paulo, como Associação das Mulheres, Associação das Donas de Casa, Brasil Mulher, Frente de Mulheres Feministas, Ação Lésbico Feminista, Centro da Mulher Brasileira, entre outras. A Comissão deve discutir critérios de participação na Coordenação do III Congresso, participação dos partidos políticos etc.

O que fica desta novela toda, que ainda promete muitos capítulos e muito suspense, é a desagradável constatação de que há algum tempo atrás os congressos eram proibidos pelo aparato repressivo do Estado, e hoje esta repressão não precisa se empenhar tanto já que o **HP** se encarrega de cumprir esta função.

FEA SP 5/2/81 p. 15
Febem inicia pesquisa

Um total de 2.171 empresas dos setores secundário e terciário da economia servirão de base para uma ampla pesquisa sobre o mercado de trabalho de menores na Grande São Paulo, que será realizada por sociólogas, assistentes sociais e técnicos da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (Febem). Segundo o presidente da Febem, Antonio Luís Ribeiro Machado a finalidade do trabalho é estabelecer as tendências que indiquem as áreas de maior potencial com disponibilidade para este tipo de mão-de-obra, além de observar a expectativa dos menores em relação à profissionalização e reavaliar os 34 cursos profissionalizantes atualmente ministrados pela Febem.

As sociólogas farão, inicialmente, um contato telefônico com as empresas para tentar sensibilizá-las sobre a importância de se oferecer trabalho a um menor. Em seguida, enviarão questionários acompanhados de envelope-resposta já selado, pois, conforme explicou Maria Carmem Nogueira Kotscho, "não há condições de realizar as entrevistas pessoalmente, por falta de recursos financeiros e pessoal especializado em pesquisa".

Como complemento do trabalho, já foram entrevistados, individualmente, 25 menores, que representam 10% dos adolescentes em fase de profissionalização e colocação de emprego no organismo geralmente na faixa etária dos 14 aos 18 anos. O trabalho junto aos menores é feito para levantar suas expectativas, orientando-os dentro de sua vocação, além de conscientizá-los sobre as funções em cada profissão. Metilde Camargo, pedagoga e chefe do Setor de Colocação Profissional, con-

tou que, apesar de haver maior disponibilidade de trabalho para meninos na área de artes gráficas e impressão, geralmente eles dão preferência aos serviços de mecânica de automóvel e rolamentos de motores. "Na metalúrgica é mais difícil de se conseguir um emprego para menores, pois são utilizados maquinários caros que muitas vezes não são entregues a qualquer pessoa", concluiu a pedagoga.

Nas primeiras entrevistas as sociólogas puderam constatar que a maioria das meninas opta por profissões, que para elas significam *status*. Por isso, escolhem normalmente tarefas como a de auxiliar de escritório, recepcionista e balconista que, segundo as pesquisadoras são as colocações mais difíceis de serem conseguidas. "Trabalhar em costura, onde o mercado de trabalho é maior, significa para elas uma continuação do serviço caseiro, que, cada vez mais, é desvalorizado pelas mulheres."

Quando os menores, já profissionalizados, saem à procura de emprego, muitas vezes são rejeitados pois, como internos da Febem, são confundidos com menores infratores. Antônio Luís Ribeiro Machado explicou que, "Infelizmente, ainda existe este preconceito entre os empregadores, obrigando o menor, em certas situações, a omitir que já foi da Febem". Por isso, entre as 20 questões formuladas no questionário a ser enviado às empresas, constam perguntas sobre quais os tipos de funções existentes para trabalhadores abaixo de 18 anos, e "se a empresa já trabalhou com menores de instituição, como a Febem e, se nunca o fez, se poderá vir a fazê-lo futuramente."

As mulheres da periferia

6/12/2181 pg 4
Longas filas nos postos de saúde, longas filas em caminhões da Cobal, onde os alimentos são vendidos por um preço menor, viagens em ônibus super lotados, filhos trancados sozinhos em casa. Esse é o panorama da vida cotidiana da mulher na periferia da cidade de São Paulo.

Para mudar esse estado de coisas, alguns grupos de mulheres vêm-se reunindo, discutindo seus problemas e buscando soluções realistas que não partam para o mero assistencialismo, mas para a verdadeira conscientização dos seus problemas.

Segundo Dilva Gomes Martins, residente na Zona Leste de São Paulo, que participa de vários grupos de trabalho, entre eles a Pastoral da Saúde, "os problemas mais graves enfrentados pela mulher que reside na periferia são: falta de creches, grupos escolares e saneamento básico". Para tentar

solucionar esses problemas, elas se reúnem e discutem as melhores soluções, que podem ser desde grupos de saúde, em que elas mesmas atuam, até a procura da ajuda das autoridades competentes, que, segundo Dilva Martins, não as levam muito a sério.

Porém, as mulheres que participam desses grupos não são em grande número, pelo menos em comparação com as dificuldades que enfrentam. Por que isso? Talvez seja o machismo da maioria dos homens, pois, segundo Dilva Martins, além de não apoiarem suas esposas ou filhas, eles ainda impedem sua participação, utilizando para isso o já famoso jargão: "lugar de mulher ; em casa". Para se ter uma idéia, em um grupo de sete mulheres, apenas dois maridos participam ativamente dos grupos de trabalho.

Um grande problema enfrentado no trabalho de conscientiza-

ção da mulher é a influência exercida pela TV, pois a grande maioria prefere ficar em casa assistindo uma novela, do que sair e discutir os problemas do seu dia-a-dia, considerando que o que se mostra no vídeo é muito mais interessante do que as suas próprias vidas.

Outro trabalho interessante feito com e por mulheres da periferia é a alfabetização de mulheres, utilizando-se do que poderíamos chamar de "método Paulo Freire". Esse trabalho, segundo uma de suas coordenadoras, a Irmã Maria Luiza Izura, vem surtindo muito efeito, "pois as mulheres percebem, sem que ninguém lhes aponte, a origem de seus problemas, e vão assim buscando suas próprias soluções". De acordo com a Irmã Maria Luiza, aqui também a TV exerce uma grande influência, apesar de que nos grupos mais adiantados de alfabetização as mu-

lheres já adquiriram uma visão mais crítica, chegando mesmo a discutir a validade deste ou daquele programa.

Uma das coisas que atrapalham o trabalho de conscientização é o assistencialismo exagerado das mulheres de classe média, que ao invés de mostrar às mulheres das camadas mais baixas a origem de seus problemas tentam inculcar-lhes um conformismo para com a vida.

Paralelamente a todos esses trabalhos são confeccionados boletins das várias equipes de trabalho, em que se mostra a atuação dessas equipes e o porquê da necessidade de sua existência.

Porém, apesar da mobilização de algumas mulheres no trabalho de conscientização, a grande maioria prefere acreditar que os seus problemas devem-se pura e simplesmente ao destino.

(Marcia Dutra)

Preparando o 3.º Congresso da Mulher Paulista

O III Congresso da Mulher Paulista, organizado por vinte e duas entidades femininas e feministas, já está em franco processo de preparação e tem por objetivo incentivar a organização das mulheres em todos os setores da sociedade, em torno de seus problemas específicos e sua relação com as lutas gerais do povo brasileiro. Unificar as lutas das mulheres contra toda e qualquer forma de opressão que as atinja. Eleger as campanhas e lutas que unificarão a ação de todas, até a realização do próximo Congresso e aprovar formas de organização do movimento de mulheres capaz de encaminhar as resoluções finais.

Este ano, o Congresso terá três etapas. A primeira constará de cinco Congressos Regionais (regiões norte, sul, leste, oeste e centro) que serão realizados no próximo dia 22 e Encontros por categorias profissionais.

O Congresso Unitário, no dia 7 de março, será a segunda etapa, constituído por delegadas eleitas nos Congressos Regionais e Encontros por categorias, na proporção de uma para cada vinte participantes. A terceira fase compreenderá as comemora-

ções do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, quando haverá manifestação e divulgação das conclusões do Congresso.

As vinte e duas entidades que formam a coordenação acham que os dois grandes encontros já realizados (I e II Congressos) serviram para levantar uma série de questões relativas a discriminação que a mulher sofre como mãe, trabalhadora e dona-de-casa. É necessário que agora, no próximo congresso, as lutas sejam unificadas para que todas as entidades, não só as femininas e feministas, possam desenvolver um trabalho prático no sentido de se obter resultados em cima das reivindicações que já amadureceram nesse processo de lutas.

O temário a ser discutido terá por base as 12 reivindicações levantadas no II Congresso que são as seguintes: luta por creches diretas (totalmente financiadas pelo Estado e pelas empresas) e ter direito de influir na orientação e direção delas. Creches com período integral e para crianças até seis anos; Lutar pelo acesso à instrução profissional em todos os níveis fazendo uma ampla campanha objetivando a instalação

de cursos profissionalizantes nos locais de moradia e trabalho; Lutar contra o impedimento da mulher frequentar todos os "cursos" do SENAI; Lutar por salário igual para trabalho igual e registro na carteira de trabalho; Lutar pela extensão à empregada doméstica dos benefícios da CLT; Lutar pela extensão da CLT aos serviços prestados a domicílio (ou seja, que o trabalho das empresas feitos em casa tenham registro em carteira); Lutar contra a discriminação à mãe solteira; Contra a discriminação a mulher gestante e casada no emprego; Pela abolição do controle de gestação pelas empresas; Pela extensão da licença à maternidade para quatro semanas antes e 12 semanas depois do parto; Pelo atendimento materno-infantil e valorização do pré-natal e Contra a discriminação racial.

ENCONTROS REGIONAIS

Os encontros estão sendo realizados aos sábados, a partir das 15 horas, nas zonas Sul (Rua Jacamin, 2 em Santo Amaro), Centro (Rua Maria José, 336) e Leste (Rua Pires do Rio, 8-B, em São Miguel). As quartas-feiras, às 20 horas, os da zona Oeste (Rua Cardeal Arco Verde,

2.109) e os da zona Norte (Rua Amazonas da Silva, 546, Vila Guilherme), às 15 horas do domingo.

A Regional do Centro promoverá dia 15 próximo, na Praça D. Orione, na Bela Vista, a "Feira da Mulher", com música, cinema, teatro, coral, capoeira, para arrecadação de fundos. A festa terá o apoio das Sociedades Amigos de Bairro da região.

No dia 26 deste mês, em preparação ao III Congresso haverá o Encontro das associadas das entidades de bairro, na Praça da República 154, 1.º andar às 20 horas.

Várias categorias profissionais estão preparando seus Encontros, como as bancárias, arquitetas, professoras e funcionárias do SENAC.

No próximo dia 19 às 19:30 horas e nos dias 20 e 21 durante o dia, será realizado o I Congresso da Mulher Gráfica, na sede do Sindicato na Rua da Figueira, 233. As organizadoras avisam que haverá creche para deixar as crianças.

As jornalistas já marcaram o seu Encontro para o dia 22 e estão se reunindo todas as terças-feiras às 21:30 horas no Sindicato, na Rua Rego Freitas, 530, sobreloja.

(Lafis Oreb)

Empregadas domésticas fazem parte da classe operária

IV Congresso Nacional de Domésticas:

Empregadas domésticas, representantes de suas companheiras de trabalho, em número de 48 delegadas dos Estados de: Pernambuco (Recife), Paraíba (Patos), Minas Gerais (Belo Horizonte, Uberaba, Monte Carmelo), São Paulo (São Paulo, Campinas, Piracicaba, Araçatuba e Fernandópolis), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Paraná (Curitiba), Santa Catarina (Florianópolis), Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Pelotas, Erechim) reunidas no seu IV Congresso Nacional, de 21 a 25 de janeiro de 1981, em Porto Alegre, chegaram às seguintes conclusões:

1 — VALORIZAÇÃO PESSOAL

E PROFISSIONAL

— As empregadas domésticas não são valorizadas como pessoas humanas e como profissionais. Não são respeitadas nos seus direitos fundamentais, vivendo ainda numa situação de semi-escravidão.

— As condições de trabalho são injustas: jornada de trabalho sem limites; na maioria dos casos, sem folga semanal; salário abaixo do mínimo sobretudo no Norte e Nordeste do País; situação que se agrava quando a empregada doméstica mora no emprego, o que aumenta a sua dependência dos patrões.

E aqui fica a denúncia de uma situação: empresas construtoras, arquitetos e engenheiros, Prefeituras, fecham os olhos e desrespeitam a lei de construção civil em relação ao tamanho e a ventilação quando se trata de quarto da empregada doméstica nos prédios de apartamentos.

— Enquanto são reconhecidos em lei numerosos direitos dos trabalhadores — na indústria, no comércio, no campo — a empregada doméstica continua com mínimo de proteção da legislação trabalhista.

— Há um desprezo, na sociedade, pelo trabalho doméstico, porque não se reconhece o seu valor econômico e social. Essa rejeição repercute na pessoa do trabalhador doméstico.

— O direito ao estudo primário, garantido pela nossa Constituição, não é respeitado.

Vindas do Interior dos Estados, onde a deficiência escolar não lhes permite estudar, chegam às cidades analfabetas ou com as primeiras séries do primário.

Na cidade é muito difícil estudar, já que as escolas não têm horário adequado ao trabalho, ou são em número insuficientes. Quando estudam, sempre à noite, o fazem com grande sacrifício, já que estão cansadas do trabalho.

— Nessas condições a empregada doméstica se sente numa classe inferiorizada, humilhada, sem incentivo. Por isso procura fugir da profissão, em busca de

maior liberdade e segurança.

— As empregadas domésticas fazem parte da classe operária e sofrem os mesmos problemas operários, que são consequências de uma estrutura econômico-social injusta, de tremendas desigualdades.

— O trabalho em geral é desprezado diante do capital (instrumento de produção, máquinas etc.) e este não dá valor às pessoas, mas às coisas. No caso da empregada doméstica, se dá mais valor à enceradeira, do que a pessoa que a manobra.

— As empregadas domésticas precisam tomar consciência de sua realidade injusta e tomar posições: lutar pela sua liberdade, para serem donas de si mesmas, responsáveis, sem medo de dialogar com os patrões.

— O aperfeiçoamento profissional é um direito como meio de valorização pessoal e da profissão. Deve haver escolas profissionalizantes para as empregadas domésticas — em convênio, talvez, com outras entidades — em local e horário condizentes com seu trabalho. Mas só as escolas profissionais não bastam para valorização das empregadas domésticas.

— O importante para as empregadas domésticas será elas próprias tomarem consciência de seu valor como pessoas, reunindo-se em grupos em suas Associações, discutindo seus problemas, humanos e profissionais. Só assim elas abrem os olhos para o mundo e podem descobrir as causas da sua situação, para poderem lutar e defender seus interesses, seus direitos junto aos patrões e autoridades.

2 — A MENOR EMPREGADA

DOMÉSTICA

— A realidade encontrada no Congresso em relação à menor empregada doméstica, é bastante grave.

— Continuam a vir do Interior, quase sempre do meio rural, grandes contingentes de menores e jovens para trabalhar na cidade e se empregar nos serviços domésticos. No Rio de Janeiro, por exemplo, 91% das menores empregadas domésticas vieram do Interior, principalmente dos Estados vizinhos, do Nordeste e do Norte. Somente 9% são do Rio de Janeiro.

— Na sua grande maioria, são os parentes — eles já migrantes no Rio de Janeiro — que fazem essas meninas e jovens virarem para a cidade. São eles — irmãs, tias, ou madrinhas — quase sempre empregadas domésticas também — e que pouca proteção podem dar a elas. Ou então, o que é grave — são atraídas pelos empregadores, que as trazem ou mandam trazer do interior, prometendo "comida e educação", e

às vezes, "um bom salário". Outras, mas poucas vêm com a própria família.

— Começam a trabalhar muito cedo, desde 7 a 8 anos, expondo-se aos riscos da grande cidade, tais como: choque das desigualdades, exploração do trabalho, isolamento, desrespeito no ambiente da família onde trabalha, prostituição.

— Numa idade de formação, menina ou adolescente, quando as influências marcam mais profundamente, na falta de responsáveis por elas, sofrem choques na vida efetiva e sentimental que repercutem em toda a sua vida.

— A maioria das menores faz todo o serviço, ou são auxiliares de babás. Fazem serviço de adultos. Apesar disso, o salário é mais baixo. Algumas não recebem salário algum; trabalham em troca de "comida e roupa".

Pouquíssimas menores têm Carteira Profissional assinada.

— Há pouca comunicação da menor com a família, por causa da distância de casa, da falta de instrução e do pouco tempo livre.

— Essa situação provoca angústia, revolta, agressividade, quando a menor entra na rotina e percebe a dependência de sua vida.

— Diante disso.

— denunciamos neste Congresso a situação desumana e injusta das menores empregadas domésticas, chamando a atenção dos trabalhadores adultos, das autoridades, das associações de classe;

— denunciamos também que a estrutura agrária do país que não dá condições de sobrevivência às famílias camponesas, expulsando-as para as cidades, ou obrigando-as a mandar seus filhos para a cidade, nas condições que apontamos acima;

— as organizações e as leis de proteção ao menor, não dão cobertura completa e ao serem aplicadas essas leis não respondem bem aos problemas reais do menor.

— No Brasil, as crianças e os jovens são a grande maioria da população.

As crianças e os jovens das famílias operárias, quase todos, saem de casa cedo e formam a grande massa de juventude trabalhadora, que constrói este nosso País com a força de suas mãos e de sua inteligência. Entre esses jovens, estão as milhares de menores empregadas domésticas.

É importante e necessário que essas menores não fiquem sós — mas encontrem meios, como grupos, associações e outras organizações — onde possam analisar a sua realidade, a sua vida, as suas dificuldades — onde possam desenvolver

seu espírito crítico — onde possam participar mais conscientes da mudança da situação, da construção de uma sociedade nova, justa e fraterna.

3 — LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

— Cerca de 3 milhões de empregadas domésticas, em todo o Brasil, vêm lutando pelo reconhecimento em lei dos seus direitos no trabalho. Nos três primeiros Congressos Nacionais realizados até agora, reclamamos das autoridades e dos legisladores uma legislação justa e a eles encaminhamos as nossas exigências.

— Mais uma vez reunidas neste IV Congresso Nacional e com grande sacrifício, de várias partes do País, reivindicamos aqueles mesmos direitos já estendidos aos outros trabalhadores:

- Jornada de 8 horas de trabalho;
- Salário mínimo;
- 13.º salário;
- Aviso prévio;
- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- Descanso semanal remunerado;
- Salário família;
- Auxílio natalidade;
- Seguro contra acidente do trabalho;
- Que a lei da doméstica seja equiparada ao do trabalhador rural, no tocante às férias.

— Insistimos neste Congresso, pelo reconhecimento da categoria empregada doméstica para que possamos ter registradas nossas Associações Profissionais e posteriormente a criação de nossos Sindicatos.

4 — ASSOCIATIVISMO

— Somente unidas em Associações para debater a nossa realidade será possível encontrarmos soluções para os problemas de nossa categoria de empregadas domésticas.

— A promoção e a libertação só se farão se as próprias empregadas domésticas assumirem suas responsabilidades, unindo-se numa ação organizada.

— Já existem 8 Associações Profissionais organizadas e numerosos grupos de empregadas domésticas em todo o Brasil. Precisamos, a partir deste Congresso, desenvolver um trabalho de base, estender a nossa ação junto às nossas companheiras — empregadas domésticas — tanto nas nossas cidades como nas cidades vizinhas. Cada Associação deve ser um centro de irradiação; também prestar os serviços para atender as necessidades mais urgentes e imediatas das empregadas domésticas.

— Até o próximo Congresso Nacional serão realizados Encontros Regionais, para facilitar a participação e a melhor preparação para o V Congresso.

— O próximo Congresso Nacional será realizado em Recife, na segunda quinzena de julho de 1985.

Luta da mulher também é pela democracia

IREDE A. CARDOSO

Muitos de nossos leitores, se estão informados de que foi marcado um Congresso da Mulher Paulista (o terceiro) para os próximos dias 7 e 8 de março, poderão imaginar pelas notícias, ainda que escassas, nos jornais, que está ocorrendo uma luta pelo "poder", entre dois grupos de mulheres. Nada mais enganoso. Como sempre, falam pela mulher e não a deixam falar por si própria.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que os grupos legitimamente constituídos que agora organizam o 3.º Congresso da Mulher Paulista, quase todos são os mesmos que realizaram o 1.º e o 2.º, seguindo normas de estatutos democraticamente escolhidos em assembleias amplamente convocadas. Desrespeitar essas assembleias é revelar um profundo desrespeito pela Democracia, por todas as mulheres que nelas se manifestaram. E souberam manifestar-se claramente, até o momento, donas de casa, operárias, estudantes, jornalistas, médicas, homossexuais, e heterossexuais, casadas, solteiras, viúvas, desquitadas, noivas, grávidas, velhas, jovens, negras, pobres, ou da classe média. São mulheres e têm consciência da discriminação que sofrem na sociedade, organizando-se para lutar contra as injustiças de que são vítimas.

Em segundo lugar, temos consciência de que qualquer um que seja, de qualquer parte, que desrespeite o andamento do Congresso, nesse momento, colocando-se com impostura no lugar da Coordenação, não pode ser senão olhando com total desconfiança e precisa ser repudiado. Não são, portanto, apenas dois grupos de mulheres: trata-se de um confronto entre as entidades que organizaram o 1.º e o 2.º Congresso, que foram se ampliando com a inscrição feita até a data necessária para sua realização, através de decisões retiradas de assembleias e um grupo de mulheres ligadas ao jornal "Hora do Povo" — cuja linguagem virulenta acusa as mulheres da legítima Coordenação de "feministas" e homossexuais" e, sob a alegação de que são essas duas coisas "horribéis", arvoram-se no direito de afirmar, levemente, que representam a Coordenação. Sem mais nem menos, um "golpe" de força de que são useiros e vezeiros os hagapistas.

"Acusar" de "feministas desenturmadas" e de "homossexuais", revela, realmente, uma sede de poder indesculpável. O pessoal do "HP" considera que a mulher não tem o direito de discutir seus problemas específicos, tais quais o do controle da natalidade, creches, discriminações salarial ou participação política. Para elas, devemos ser apagadas pela borracha, para entrar nas discussões mais gerais. Nós achamos que os nossos problemas específicos estão dentro das discussões mais gerais, porque sabemos que a mulher é utilizada como "exército de reserva", para tapar

buracos quando a hora é de crise econômica. Porque nossos salários são menores que os dos homens, ao executarmos as mesmas funções, somos chamadas para trabalhar, quando há crise. E isso divide os trabalhadores homens de um lado, mulheres de outro. No entanto, sabemos também que essa discriminação é ilegal e cria prejuízos a todos os trabalhadores, pois os homens, nessas circunstâncias, são os mais atingidos pelo desemprego. Da mesma forma, sabemos que o trabalhador brasileiro está ganhando cada vez menos e que as mulheres, em sua grande maioria, saem para o trabalho fora de casa, para "complementar" o salário do companheiro. E as crianças? Temos que lutar, portanto, também por creches; defendemos ainda o direito da mulher ser ou não dona de casa; ser ou não mãe; ter quantos filhos desejar; ser ou não heterossexual; casar, ficar solteira, desquitar-se, casar novamente, divorciar-se. Somos contra qualquer tipo de discriminação porque, não fôssemos cristãs, seríamos também da mesma forma, defensoras da liberdade do ser humano, das mulheres, que, além das crianças, do índio, do negro, dos homossexuais, são os seres mais oprimidos da sociedade.

Não queremos senão ser independentes, sobretudo de ideologias que nos tolham a liberdade de ser brasileiras, como nosso modo próprio de sentir e entender como deverá ser a nossa Democracia. Ninguém poderá calar, a não ser por pouco tempo, a voz da própria vida que sai forte de nosso desejo de justiça e respeito aos direitos humanos. Já o tentaram em vão, Hitler, Mussolini, Stálin e outros ditadores que só nos trouxeram a dor e o luto.

Mulheres

IV Encontro Nacional das Empregadas Domésticas

A luta pelo sindicato

Rio Grande do Sul, final de janeiro: 100 trabalhadoras, representando delegações de oito Estados debatem os problemas da categoria.

Férias de 30 dias, salário mínimo profissional, aviso prévio, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, seguro de prevenção contra acidentes, 13.º salário, descanso semanal remunerado, salário-família estas são as principais reivindicações levantadas durante o IV Congresso Nacional de Empregadas Domésticas, que se encerrou dia 24 de janeiro, no Seminário Maior de Viçosa, no Rio Grande do Sul.

O reconhecimento das trabalhadoras como uma categoria profissional, a aceitação pelo governo de suas entidades de classe, a aplicação efetiva da lei sobre o trabalho do menor, também foram pontos importantes discutidos que, em conjunto, deverão ser encaminhados pela coordenação nacional das associações de domésticas ao Ministro do Trabalho.

Foram quatro dias de discussões sobre quatro temas — a valorização profissional e pessoal da empregada doméstica, a questão trabalhista, sobre o trabalho da menor e a importância da associatividade. Delegações de oito Estados brasileiros, reunindo mais de 100 pessoas, debateram inicialmente as questões em pequenos grupos, concluindo os trabalhos numa sessão plenária, durante todo o dia de sábado.

O Congresso, na opinião de seus participantes, foi altamente positivo. "Reforçou a união da classe, a necessidade de discutir os problemas em conjunto e lutar juntas pelos direitos e pela valorização", disseram as empregadas. De fato, os temas sobre a questão trabalhista e sobre a associatividade foram os que mais chamaram a atenção das congressistas.

Segundo um levantamento realizado por elas, grande parte das domésticas a nível nacional ganha entre Cr\$ 800,00 e Cr\$ 1.000,00 mensais. Algumas chegam a ganhar até Cr\$ 200,00 mensais pois as patroas alegam enormes descontos de alimentação e higiene. Assim, ainda a situação de muitas empregadas é de semicativeiro, impedidas de ter uma vida própria e de ganhar um salário correspondente ao seu trabalho.

Os relatos de exploração no emprego foram múltiplos durante todo o Congres-

so. Lembraram da origem da maioria delas: famílias muito pobres de agricultores do interior, principalmente do Nordeste, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Falaram da miséria no interior e da esperança de uma vida melhor num emprego na cidade, e da desilusão: "As crianças de 7, 10, 13 anos que vêm para a cidade geralmente são surradas pelas patroas. Ficam na solidão, sem ter como se comunicar com os pais, porque os patrões não as deixam escrever para a família, temendo que elas façam denúncias sobre os maus

tratos. Salário não recebem, ou recebem mixaria. E quando vão ficando mais velhas, surge o perigo da prostituição porque elas ficam sem nenhum amparo na cidade. Os filhos dos patrões também, às vezes, abusam das empregadas", relataram elas nos grupos.

A partir do reconhecimento de suas associações, a meta das empregadas domésticas é a construção de seus sindicatos, órgãos que devem se transformar em importantes instrumentos de defesa dos interesses trabalhistas da categoria. O próximo Congresso Nacional ficou marcado para daqui a quatro anos, em Recife.

O encerramento, no sábado, contou com a presença do deputado federal do PDS, Carlo Chiarelli, prometendo que irá propor no Congresso nacional, em março, a extensão dos benefícios do Fundo de Garantia e do 13.º salário àquela classe de trabalhadores, além de repouso semanal remunerado já que, atualmente, elas têm apenas direito a férias. O parlamentar do PDS disse da existência de dificuldades da fiscalização da atividade por ser prestada na intimidade do lar, que é indepassável de acordo com a constituição.

Em seguida houve uma missa cantada e uma grande confraternização que emocionou muitas das participantes. No domingo, a comissão coordenadora nacional das associações profissionais elaborou um documento final do encontro e as congressistas aproveitaram o dia para conhecerem um pouco a capital gaúcha.



"Mulher, profissão secretária"

Um caderno recentemente lançado pela Associação de Mulheres de São Paulo

Sim senhor. Pois não. Sim Senhor. Bato à máquina o dia inteiro, atendo telefone, classifico papéis. Sim senhor, sirvo café, vou buscar um lanche, o terno no tintureiro, bato à máquina. De novo o telefone. Entro as oito da manhã, saio às 18 horas no melhor dos casos. Estou sempre cansada. Trabalho no centro da cidade.

Sou secretária em um escritório de contabilidade. O meu ônibus, eu pego na esquina da São João com Ipiranga. Faço fila pois nesse horário tem muita gente. Bem em frente, do outro lado da avenida, puseram um cartaz imenso onde se pode ler "Erotismo nos escritórios", um filme sensacional; e mais "As secretárias que faziam tudo... até bater a máquina do patrão... Elas não sabiam dizer não para o patrão... Para aumentar a produção faziam serão no colo do patrão..."

O que sinto é revolta. Raiva de ver minha profissão insultada naquele cartaz. (Maria Alice, paulista, 32 anos, solteira, secretária senior).

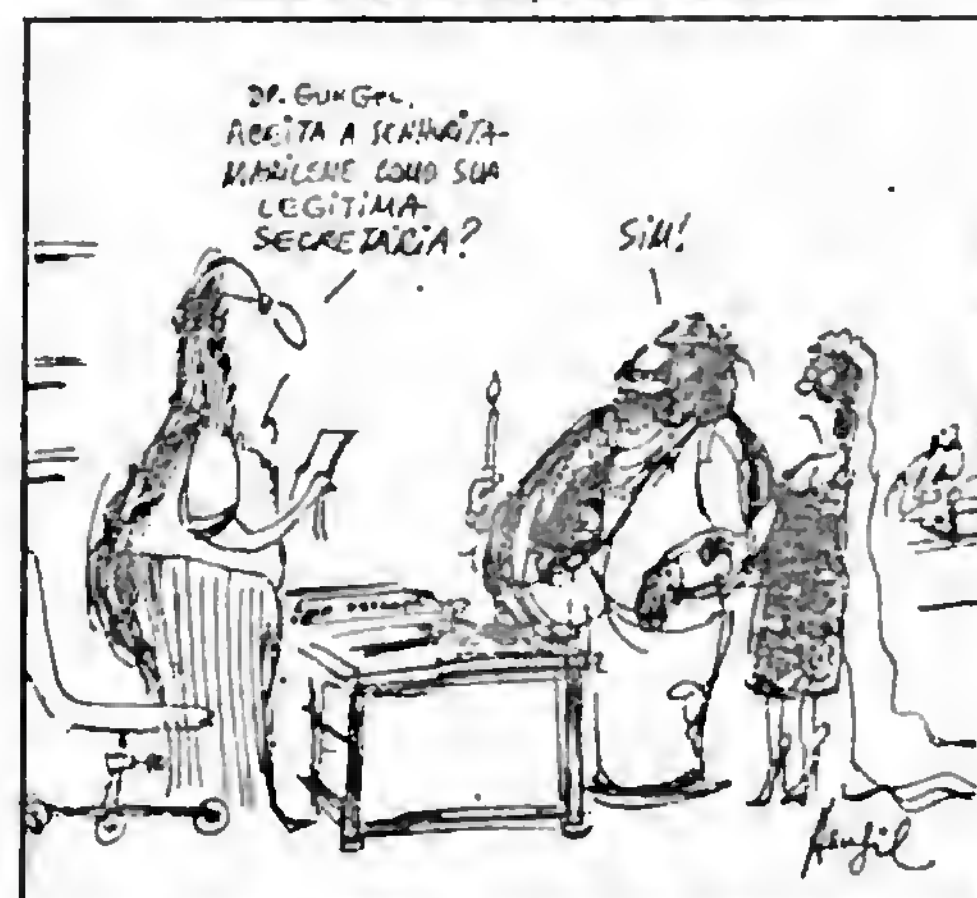
Este depoimento faz parte do caderno "MULHER, PROFISSÃO SECRETÁRIA" publicado pela Associação das Mulheres, que pretende assim iniciar uma discussão sobre as profissões das mulheres.

O caderno aborda diversos aspectos da profissão de secretária: formação profissional, o dia a dia da secretária, suas queixas, seu papel como profissional, os preconceitos machistas.

Por Thais de Souza e Tereza Verardo

MULHER

CADERNO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES



MULHER PROFISSÃO SECRETÁRIA

A idéia de se fazer um caderno sobre as secretárias surgiu a partir de um controlado anúncio do **Diário Popular** (veja box). Entrevistada pelo **EM TEMPO**, uma das autoras, Cuca, conta que "a necessidade de se falar sobre a profissão de secretária surgiu a partir de mobilização das secretárias por ocasião do anúncio do **Diário Popular**. Surgiu um abaixo-assinado com 399 assinaturas denunciando a imagem da secretária na TV, numa posi-

ção perfeitamente identificada com a imagem social de inferioridade da mulher".

Já a autora e atriz do anúncio Leila Loureiro, numa entrevista ao **Jornal dos Publicitários** discorda desse enfoque: "Recebi muitos telefonemas, principalmente de secretárias que se sentiam desrespeitadas, e respondi que essa era uma imagem que ainda estava aí, é que cabe a elas mudar esta realidade, o conceito que os homens tem sobre a profissão delas. O que elas não entenderam é que o comercial foi uma grande piada."

Ângela Loyla, presidente da Associação das Secretárias, disse que recebeu dezenas de telefonemas de protesto considerando o comercial discriminatório, "porque apresenta as secretárias como prostitutas".

De qualquer modo, nem as secretárias nem as feministas concordam com um comercial que vê as secretárias como "a segunda profissão mais antiga do mundo" e este caderno é, entre outras coisas, uma forma de manifestar esta discordância.

Cuca ressalta ainda, a importância deste caderno por ter uma linguagem simples, tocando nos temas do cotidiano da mulher secretária, e que por isso pode ser lido e pôde ser feito por mulheres que não eram feministas militantes mas que se uniram no momento em que se sentiram feridas por serem tratadas como mero objeto no comercial.

Um asco publicitário



"Não sei porque minha mulher não gosta dos anúncios Classificados... Até minha secretária eu consegui através dos Classificados... Acho que vou anunciar ela nos Classificados..."

(Propaganda dos classificados do **Diário Popular** de São Paulo, fartamente levada ao ar nos canais de TV do Estado)



Mulheres unem-se para participar e reivindicar mais

NATAL — As mulheres do Rio Grande do Norte estão se organizando para lutar por seus direitos e exigir uma efetiva participação na sociedade e na vida política do País. No último domingo, cerca de 600 delas participaram do 1.º Encontro da Mulher Natalense, promovido na Capital por 32 entidades femininas e outras. No final da reunião, elas decidiram se empenhar por uma série de reivindicações e lutas, que vão desde a legalização do aborto e a criação de creches nos bairros até o repúdio ao pacote eleitoral do governo.

O encontro, realizado no colégio Nossa Senhora das Neves, se estendeu por todo o dia e contou também com a presença de homens. Só que eles não participaram dos debates, mas ficaram tomando conta das crianças numa creche improvisada, na cozinha, preparando a feijoada para o almoço ou servindo lanches para as mulheres nos salões de reunião.

PROMOTORES

Entre as entidades promotoras do 1.º Encontro da Mulher Natalense estão federações, sindicatos, setores femininos de partidos políticos de oposição, conselhos comunitários, clubes de mães, grupos de mulheres e outras. Vinha sendo preparado há cerca de três meses e estiveram presentes mulheres das mais variadas áreas de Natal, além de delegações de cidades do interior e representações de outros Estados.

Para realizá-lo, cada entidade contribuiu com uma quota mensal, que possibilitou a montagem da creche (que forneceu leite e outros alimentos para as crianças), de um posto médico (que atendeu apenas a dois casos sem gravidade) e da cozinha (para fornecer alimentação grátis a todos os participantes).

Explicando que "hoje está se tornando um verdadeiro milagre a tarefa de mantermos nossas famílias, educarmos e alimentarmos nossos filhos", as mulheres divulgaram um documento, dizendo que "nós, mulheres do Rio Grande do Norte, que somos mães, trabalhadoras, esposas e estudantes, decidimos não nos acomodar com tal situação. Resolvemos nos encontrar para discutir as formas de lutar contra nossa exploração enquanto mulheres, bem como a situação de exploração de todo o povo brasileiro".

OS DEBATES

As mulheres, após a abertura do encontro, ficaram reunidas em comissões durante quase todo o dia, debatendo temas como "Mulher e Saúde", — onde abordaram questões como o controle da natalidade, sexualidade, aborto, assistência médica e Previdência Social — e "Mulher e Sociedade", discutindo assuntos relativos à carestia, transporte, habitação,

violência, Constituinte, eleições de 1982, educação, discriminação racial e paz mundial.

Houve debates também sobre "Mulher e Trabalho", que trataram de assuntos ligados à desigualdade salarial, desemprego, aposentadoria, profissionalização, assistência à maternidade, creche e emprego doméstico. Os problemas dos sindicatos, entidades de bairros, partidos políticos, grupos autônomos e entidades estudantis foram enfocados no tema "Organização e Participação da Mulher".

O assunto que provocou mais polêmica foi o aborto, contra o qual se levantou a maior parte das mulheres que, afinal, acabaram por aprovar uma proposta em favor de sua legalização. A feminista carioca Ana Montenegro, que participou da reunião como convidada especial, defendeu a legalização, afirmando que "nos hospitais onde são atendidas as mulheres das alta e média burguesias, o aborto é praticamente permitido. Por isso, é preciso dar às mulheres das camadas mais baixas o mesmo direito".

Ao final das discussões, cada comissão apresentou suas conclusões, que foram aprovadas pela plenária de encerramento. Entre outras coisas, as mulheres se comprometeram a lutar pela criação de creches em todos os bairros, aposentadoria aos 25 anos de trabalho, licença gestante de seis meses, um ano de garantia no emprego após o parto, salário-maternidade igual ao salário base, realização de um trabalho de esclarecimento da mulher sobre seu corpo e métodos anticoncepcionais, campanha contra o trabalho da Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (Benfam) etc.

Elas também propuseram a luta pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e contra os aumentos nos preços dos imóveis do BNH. Manifestaram-se ainda contra o pacote eleitoral e a favor de uma Constituinte livre e soberana. Decidiram também incentivar a organização das mulheres para participarem da vida política do País e denunciar a exploração das mulheres em todos os meios de comunicação.

HOMENS

Os homens que estiveram no encontro foram "ótimos", segundo depoimentos das mulheres. Davam mamadeiras, sucos e outros alimentos às crianças, cuidavam delas no parque e quando procuravam pelas mães, os pais prontamente diziam: "Hoje é para deixar sua mãe à vontade. Procure por mim." Um dos pais resolveu invadir a plenária para "dirigir umas palavras de apoio às mulheres". Mas elas solicitaram que ele se retirasse imediatamente, após lhe cassarem a palavra.

FSP
20/2/81

O feminismo e o povo

CARMEN BARROSO

Os jornais têm noticiado recentemente que, na preparação do Terceiro Congresso da Mulher Paulista, está havendo uma cisão entre o grupo que preparou os congressos anteriores e que se identifica como feminista e o grupo que nega a importância da luta específica da mulher e que se proclama popular. Num momento em que os ânimos andam exaltados numa disputa que lembra muito mais as velhas táticas de luta pelo "poder" da política tradicional do que as novas proposições de organizações não-autoritárias da política feminista, é importante analisar os acontecimentos de uma perspectiva mais ampla, a fim de melhor compreender seu significado e suas implicações.

Por esse motivo, é extremamente oportuna a leitura do livro "São Paulo: o povo em movimento", especialmente seu capítulo "O feminino e o feminismo" de Paul Singer. Trata-se de trabalho bem documentado, que traça a história do feminismo no Brasil, desde seus primórdios no século passado, detendo-se em detalhada reconstituição factual da nova fase do feminismo que se inicia em 1975. O cuidadoso respeito à reconstituição factual é importante porque evita equívocos. Não é verdade, por exemplo, que as feministas brasileiras tenham começado a falar de aborto em 1975 e que grande inovação do momento seja a integração das mulheres na luta geral do povo contra a opressão, conforme afirmou uma representante do grupo que as combate. Por circunstâncias que o autor analisa muito bem, nos primeiros anos de criação dos grupos que hoje se identificam com o feminismo havia uma ênfase muito maior nos interesses gerais das camadas oprimidas do que nos problemas específicos das mulheres. Quando se introduziu a necessidade de lutar pela igualdade entre homens e mulheres, essa se restringia aos aspectos econômicos e jurídicos, sem entrar na questão da família e da sexualidade. A partir de 1979, no 1.º Congresso da Mulher Paulista, a questão da violência sexual e o problema do aborto passaram a figurar na pauta de discussões, sem que se esquecesse a necessidade de mudança da sociedade global.

A oportunidade do artigo de Paul Singer não se limita à reconstituição histórica, pois sua análise da pertinência da luta específica para a luta global permanece atual.

Com clareza exemplar, o autor aponta para o fato de que se é ver-

dade que a transformação das relações de produção é condição geral para a constituição de uma sociedade de fato livre e igualitária, o modo concreto como esta transformação se deva dar só pode ser determinado pela experiência concreta das múltiplas lutas de libertação. E acrescenta: "A contribuição dos movimentos específicos de libertação, como o da mulher, é impedir que a permanência de condutas autoritárias dentro do próprio movimento geral de libertação faça com que este, uma vez no poder, proceda apenas a mudanças formais, substituindo determinadas formas de opressão por outras."

A questão da persistência do autoritarismo dentro de organizações que se pretendem libertárias é bastante complexa e remete, inclusive, à questão da estrutura familiar predominante, viveiro de estruturas de personalidade extremamente propícias tanto à imposição como à aceitação de relações autoritárias. Talvez a contribuição mais importante do feminismo esteja no questionamento deste tipo de família que desenvolve nas crianças os hábitos da submissão e do autocontrole, indispensáveis à manutenção da ordem vigente.

Mas o feminismo só terá um valioso impacto sobre o movimento geral na medida em que seu discurso teórico puder se traduzir numa prática política coerente com os princípios antiautoritários. E isto tem sido dificultado por diversas razões, uma das quais é a persistente recusa — por parte dos partidos políticos — de respeitar a autonomia do movimento de mulheres e o reflexo, neste movimento, das numerosas facções que dividem a oposição brasileira e que paralisam sua atuação com uma estéril competição interna.

Resta esperar que os episódios recentes não passem de uma crise de crescimento, que acabe por contribuir para maior amadurecimento do movimento de mulheres e, principalmente, uma reflexão mais clara sobre seus objetivos mais gerais e suas práticas políticas. Neste sentido, merece ser colocada em questão a própria realização de congressos gerais, visando a tirar "palavras de ordem" que, ao final, acabam por constituir meros exercícios formais de retórica, e que nada têm a ver com a participação pessoal na política nossa de cada dia.

Carmen Barroso é doutora em Psicologia Social pela Universidade de Columbia, EUA, e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

Entidade de donas de casa luta por melhorias sociais

PAULO VALLE

"Não adianta só lutar para conseguir melhorias para uma região, sem conhecer os motivos que causam os problemas que mais afligem a comunidade local. Ao lado dessa luta pelos direitos, é preciso que as pessoas tenham consciência de que estão sendo vítimas de alguma coisa, para poderem ter um alicerce suficientemente forte, e fazer frente às inúmeras barreiras."

Essa é a filosofia da Associação das Donas de Casa (ADC), fundada há 17 anos, da qual participam mais de 600 mulheres. Ao contrário de outras entidades semelhantes, que proliferam pela cidade, propondo-se a desenvolver o mesmo tipo de atividade, como diz a presidente Aparecida Pedra Kopcak, a ADC não está apenas preocupada em pesquisar preços em supermercados e feiras livres. Para ela, medidas desse tipo (andar em diversos supermercados e ficar horas nas feiras) servem apenas para "tapar o sol com a peneira", pois não resolvem a alta do custo de vida.

SAÚDE E CRECHES

Segundo a presidente, a Associação das Donas de Casa, que atua em quase todos os municípios da Grande São Paulo, o principal empenho da ADC está na luta por postos de saúde e creches para os bairros periféricos. No início do ano, por exemplo, os moradores do Burgo Paulista, na zona Leste, conseguiram ver atendida uma antiga reivindicação de mais de cinco anos: a instalação de um posto do Centro de Saúde.

Mas a luta dos moradores de Burgo Paulista não parou por aí. Depois de verem o posto de saúde entrar em funcionamento, eles se formaram em grupos e vêm acompanhando o serviço administrativo e médico. Quando há falta de leite, eles se reúnem e procuram detectar as causas que provocaram a falta do produto.

Através de pesquisa entre as pessoas que recorrerem ao posto, os moradores daquele bairro também exercem um controle quanto ao atendimento médico. Graças a essa pressão, os funcionários começaram a dar melhor assistência aos doentes.

A Associação está dividida em vários setores: dois no município de Mauá, no Parque das Américas, e no Jardim Zaira; um no bairro de João Ramalho, em Santo André; em Burgo Paulista, no Jardim Iguatemi na Cohab de Itaquera. Cada um desses setores tem um trabalho autônomo e as diretrizes de atuação são traçadas de acordo com as necessidades locais. A discussão dos métodos de cada um dos setores é feita durante uma reunião mensal, com a participação dos responsáveis.

As mulheres da periferia não se cansam de lutar pelos seus direitos. Uma vez por ano, elas deixam os maridos e filhos e vão para uma praia, ou outro local qualquer, para realizar um encontro onde são definidos os planos de trabalho para o ano seguinte. Em 80, por exemplo, a ADC realizou três seminários, como parte do programa anual, quando foram discutidas a participação da Associação nos movimen-

tos populares; discussão dos partidos políticos (as mulheres queriam saber a plataforma política de cada um dos partidos); o problema da inflação, e a situação da mulher trabalhadora que, embora exerça as mesmas funções que os homens, recebem menor salário.

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Além, a equiparação salarial da mulher no mercado de trabalho é uma das bandeiras que a entidade levantou este ano, embora Aparecida Kopcak faça questão de afirmar que a entidade não é feminista. "Numa pesquisa realizada por algumas mulheres, apenas uma quis ser apenas dona de casa e cuidar dos filhos. O restante optou pelas mais diversas profissões — de torneiro mecânico a motorista. Por isso, a Associação vai lutar pela igualdade de direitos, a fim de quebrar o velho tabu de que mulher dona de casa só pode ser costureira, cabeleireira e fazer bordados", diz ela.

E as barreiras parecem que estão sendo vencidas aos poucos, segundo relato da presidente da associação. "Recentemente", conta ela, "uma mulher tentou ingressar no Senai para fazer um curso de torneiro mecânico. Primeiro, a direção disse que não podia aceitá-la como aluna, porque não tinham banheiros para mulheres. Mas foi, brigou e conseguiu. Na hora de procurar emprego foi a mesma coisa e ainda queriam pagar menos pelo seu serviço, além da gozação por parte dos colegas.

Ao contrário de outras associações desse tipo, a ADC prefere voltar sua atenção para problemas mais gritantes e esquecer as pequenas economias, andando horas a fio nas feiras livres para procurar produtos mais baratos. Está certo que as associadas também fazem redução de despesas, mas preferem buscar explicação da alta do custo de vida.

Como diz uma das associadas, Ceci Praxedes Ribeiro, a ADC não está preocupada em ensinar receitas de bolos econômicos, mas sim, viver a realidade, como os baixos salários e as condições de vida da população da periferia. Foi através de uma dessas discussões, durante um curso de enfermagem, que os moradores do Jardim Iguatemi, na zona Leste, iniciaram um movimento pela instalação de uma rede de água. É que no curso, as mulheres estudaram as verminoses e suas consequências e descobriram que uma das causas era a falta de saneamento básico.

Cada um dos setores, entretanto, é independente. Por isso, as discussões giram em torno dos mais variados assuntos, sempre abordando os problemas que mais incomodam os moradores de um bairro, com uma expressiva predominância das lutas por creches e postos de saúde.

"A ADC — define a presidente — não é um grupo feminista, mas sim um movimento mais amplo que, ao invés de brigar com os homens, preocupa-se com o crescimento dos nossos maridos, para que caminhemos juntos, pois tanto um como outro sofrem com os inúmeros problemas de uma sociedade mal dividida."

26 Feminismo e fascismo

MAURÍCIO TRAGTENBERG

O preconceito é um ingrediente básico das personalidades autoritárias. Ele aparece expresso quando "Hora do (anti) Povo" desvaloriza as mulheres que não rezam por sua cartilha totalitária, na preparação do 3.º Congresso da Mulher Paulista. Partindo para a acusação rasteira de: negarem a maternidade, "não abraçarem as bandeiras do movimento popular por uma Constituinte soberana e livre", além de serem "mulheres infelizes" são "problemáticas" se constituindo num "grupo de grã-finas desorientadas e lésbicas", uma "aristocracia muito sem-vergonha conivente com o governo da fome", criam "SOS mulher", "fruto do esmagamento e desespero a que está submetido o povo", além de utilizarem a "imprensa dos patrões". Concluindo doutrinariamente que a "ação lésbica e o homossexualismo têm sido estimulados pela burguesia", revelando assim "o desespero ante o avanço do movimento das mulheres". Não sem antes puxar o saco dos estudantes no estilo das "valorosas entidades estudantis" que participariam da tendência popular feminista ("Hora do (anti) Povo") contra as "grã-finas lésbicas", mulheres "que gostam de passar por homem". Ante tal lixo, a única resposta é a realização do 3.º Congresso da Mulher, sem ou contra os adeptos da "Hora do (anti) Povo".

Essa linguagem agressiva na qual "Hora do (anti) Povo" é especialista caracteriza bem um discurso fascista fundado na agressão verbal intimidatória que parte da noção de "ganhar no grito" ou na porrada reuniões, formando "uniões" hipócritas, alianças, utilizando grupos para dominar, manipular e enganar os chamados companheiros, usar a estratégia de cansar os participantes de uma assembleia, tirando "votação majoritária" quando a maioria dela já se retirou, vencida pelo cansaço.

A ênfase na defesa da maternidade como condição básica e diferencial da mulher tem sido a prerrogativa de todos os movimentos que vão do nazismo ao integralismo e ao stalinismo. Assim, sob Hitler a mãe que concebesse maior número de filhos era premiada, sob Stalin recebia uma medalha e o integralismo afirmava isso enfaticamente: "Viva a mãe, abaixo a mulher." Ela era reduzida a um simples instrumento de procriação, a um mero corpo de reprodução da espécie, além de já o ser um corpo produtivo que produz o trabalho acumulado convertido em capital.

A acusação de serem problemáticas ou lésbicas mostra muito bem a importância de quem faz olhar o próprio rabo. Por outro lado, mostra o alto nível de racismo, preconceito e intolerância que permeia a "Hora do (anti) Povo"; uma escumalha fascista que realiza em nome da esquerda o que a direita não faz. É sabido que o racismo, a intolerância são irmãos da morte. Eis que a "Hora do (anti) Povo" estigmatiza as mulheres feministas como lésbicas hoje, amanhã passará a criticar os negros, os judeus, ou aqueles que não rezam pela cartilha stalinista MR-8. Já vimos na história muitos movimentos aparecerem com o nome de "revolucionários" e se constituírem nas piores reservas da reação e do capitalismo de Estado. De nada adianta criticar o capitalismo privado se o projeto é uma economia de Estado onde os pequeno-burgueses fascistas da "Hora do (anti) Povo", escalando-o, pretendem impor sua ditadura sobre o proletariado. Não podemos esquecer que o Partido Nazista de Hitler chamava-se Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães e que a bandeira do fascio de Mussolini era de cor vermelha.

Criticar as mulheres independentes que pretendem levar à frente a realização do 3.º Congresso por se preocuparem com a sexualidade é ignorar que ela é também uma questão política. A mulher é explorada pelo sistema capitalista e também pelo patriarcal, daí a unicidade de reivindicações econômico-sociais-políticas e sexuais nesse Congresso a ser realizado. Não se trata de contrapor reivindicações econômico-sociais das mulheres de classe média ou operárias à luta contra a opressão sexual, a discriminação no trabalho, que elas sofrem. Quando a "Hora do (anti) Povo" coloca-se em antagonismo, criando uma corrente "popular" e outra "grã-fino-lésbica", está criando um maniqueísmo divisionista que só beneficia o Poder. Mais do que isso, que autoridade tem

"Hora do (anti) Povo" em imputar às mulheres que dele discordam de pertencerem a uma "aristocracia muito sem-vergonha conivente com o governo da fome", quando suas brigadistas acorrem às reuniões de mulheres em kombi de chapa branca? Há algo de podre no reino da "Hora do (anti) Povo". É fora de dúvida que as opositoras ao jornal "combativo" utilizam a "imprensa dos patrões", ou seja, imprensa financiada pelo capital privado. Aqui caberia uma indagação: quem financia a "Hora do (anti) Povo"? Seria muito esclarecedor saber algo a respeito.

Afirmar que o "SOS mulher" é fruto do esmagamento que sofre o povo, portanto criação unilateral das opositoras de HP, revela uma tentativa falaz de tapar o sol com a peneira, eis que a agressão que as mulheres sofrem provém indiscriminadamente de homens pertencentes a todas classes sociais, basta ler a imprensa alternativa paulista a respeito.

A defesa da especificidade do movimento das mulheres não significa "alheamento" em relação ao movimento global das classes trabalhadoras na luta por suas reivindicações. Da mesma forma que o grupo negro, homossexual, a mulher está inserida na totalidade do real e ao mesmo tempo tem problemas específicos, no contexto da totalidade, **que não podem ser escamoteados. Alegada monarquização do congresso de mulheres, acusação de HP às suas opositoras, desconhece que a coordenação do 3.º Congresso foi tirada em assembléias representativas anteriores, que contam a seu favor com a organização do 1.º e 2.º congressos. Se monarquia dinástica existe, deve ser ela procurada nos êmulos políticos de HP, onde em nível de Estado, na Coreia do Norte o poder passa de Kim 2.º Sung 1.º e Kim 2.º Sung 2.º, no PCB, onde o carisma do "Cavaleiro da Esperança" é apreendido por sua filha Anita Leocádia Prestes, no nível dos vinhos Dreher: o poder passa de pai para filho. A luta contra a repressão sexual é ligada à luta contra a repressão sócio-econômico-política. Reich cansou de mostrar como a repressão sexual atingindo o povo leva-o a condutas aceitativas de regimes autoritários de que HP é um dos adeptos.**

O movimento feminista, à margem dos partidos e seitas políticas, luta especificamente pela melhoria da condição da mulher, seja da classe média ou operária, inserido no conjunto da luta de todos que trabalham e são explorados. Isso é muito diferente das seções femininas dos chamados partidos de esquerda (!) onde os homens vão às reuniões e as mulheres continuam no forno e no fogão.

É importante situar que enquanto HP continua na linha de estigmatizar quem não reza por sua cartilha, utilizar cassetetes para tomar conta de palanques, quando nas manifestações de massa como no ABC, está repetindo as piores práticas fascistas, apesar de seu "discurso" anti-situação, HP se constitui no braço esquerdo da "direita", sua aliança com pelegos do tipo Pimentel no RJ, suas agressões à "Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo", sua conduta divisionista no movimento feminista, a utilização das "kombi" de chapa branca de suas brigadistas mostram um retrato sem retoque: fascismo pequeno-burgues a serviço do poder burguês.

Conclusivamente, afirmar que a burguesia estimulou o homossexualismo significa sua redução profunda da história, da Grécia antiga aos atuais diplomatas soviéticos — onde, segundo HP, não rege o capitalismo — tal prática não é desconhecida. Porém não se trata de premiar nem punir quem é homossexual, pois já Espinosa aconselhava "ante os fatos, nem rir nem chorar, compreender".

Finalmente, a pretensão da "Hora do (anti) Povo" de induzir o movimento feminista a "abraçar a luta por uma Constituinte livre e soberana", além de ser pretensiosa e cabotina, esquece o destino da Constituinte de 46: a mesma manteve toda estrutura fascista de sindicalismo, que, aliás, a "Hora do (anti) Povo" preserva na medida em que apóia os pelegos de todos os tipos nas eleições sindicais, relembre-se a "eleição" de Pimentel no Rio de Janeiro, com apolo do "Alemão", o braço esquerdo do peleguismo caboclo.

Maurício Tragtenberg é professor da Fundação Getúlio Vargas e da Unicamp, autor de "Burocracia e Ideologia" e "Administração, Poder e Ideologia".

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *O Est. São Paulo*
Data: *26/02/81*
Pág. *—*

Pasta n.º

N.º do recorte

Atentado Judeus - Brasil a creche esclarecido

ES SP 26/2/81

Depois de quase sete meses, foi preso ontem à tarde um dos responsáveis pela depredação das instalações da Creche Unibes, mantida pela União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social. E não se confirmaram as suspeitas do rabino Henry Sobel de que "o atentado teria sido praticado por pessoas ligadas a um movimento neonazista que estaria agindo na América do Sul". Investigadores do 2º Distrito Policial, no Bom Retiro, prenderam o menor Lobão (M.A.S.), de 16 anos de idade, que, acompanhado por outro menor — "Tergal" (R.C.R.), também de 16 anos —, tinha ido furtar ameixas no quintal da creche.

O delegado Luís Carlos Barrionuevo disse que na tarde de anteontem foram presos os menores Dentinho, ladrão de toca-fitas; Miro (A.M.T.N.), de 14 anos; Zé Luiz (J.L.S.) e Elias Sapateiro (E.R.G.), de 14 anos. Cumprindo ordens do secretário Octávio Gonzaga Júnior, da Segurança Pública, que desde o atentado determinou "a apuração rigorosa da depredação", o delegado interrogou os menores e, segundo ele, Miro e Elias Sapateiro confessaram ter assaltado a sinagoga da rua Correia dos Santos, 241 em novembro do ano passado. Negaram, entretanto, ser responsáveis pelos estragos de agosto da Creche Unibes, mas denunciaram Lobão e Ter-

gal.

De acordo com as informações do delegado Barrionuevo, Lobão explicou que, no dia 11 de agosto, ele e Tergal pularam o muro da creche para furtar ameixas, em uma árvore na frente do prédio. Depois viram que havia outra ameixeira no quintal, e foram para lá comer mais frutas, quando, então, resolveram forçar a porta dos fundos e entrar para procurar dinheiro. Como não encontraram, depredaram as instalações. No entanto, o delegado ainda não tem explicações para os requintes de maldade, como a boneca que estava jogada sobre uma mesa, tendo ao lado a inscrição "morte às crianças".

Ele disse que os meninos moram no bairro da Ponte Pequena, estudam, trabalham e pertencem a famílias de classe média. Afirmou, ainda, que já entrou em contato com o juiz de Menores da Capital, Antônio Luís Chaves Camargo, e que obteve permissão para os menores ficarem detidos no 2º DP por três dias. Mas acredita que hoje mesmo eles serão encaminhados à Vara de Menores da Capital.

O presidente da Federação Israelita do Estado de São Paulo, Jaime Pismanik, foi ontem mesmo agradecer ao delegado Barrionuevo: "Agora, esse peso sai das nossas cabeças." Pismanik acrescentou que "suspeitava de motivações raciais ou políticas para o atentado, especialmente por causa das duas cruzes suásticas — o símbolo do nazismo — desenhadas no quadro negro".

As CEB's por Frei Betto

CSP. 200.20/2/81 pg. 4

Frei Betto, 37 anos, responsável pela Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, teólogo, autor de vários livros (contos, cartas, ensaios, reportagens) explica para todo mundo o que é a Comunidade Eclesial de Base.

— As comunidades eclesiais de base (CEB's) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nisia Flores, arquidiocese de Natal, RN, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros.

— De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB's podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias da periferia, as comunidades podem

estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupo a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto. São **comunidades** porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região (...). São **eclesiais** porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São **de base** porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, etc., etc...

— Segundo estimativas não oficiais, existem no país, atualmente, 80 mil comunidades eclesiais de base, congregando cerca de dois

milhões de pessoas crentes e oprimidas. Uma diocese brasileira, por exemplo, tem 6.800 comunidades cadastradas. Há um bairro na periferia de São Paulo com 129 CEB's. É claro que esses números são relativos. O que importa é que elas representam uma nova forma de organização pastoral.

— As comunidades eclesiais de base se orientam pelo método **ver-julgar-agir**. Reunidos num barraco de vila, na casa modesta de um lavrador ou no salão paroquial, os participantes fazem suas orações e cânticos e, em seguida, colocam seus problemas e dificuldades.

— Muitas comunidades utilizam, como subsídio metodológico, os círculos bíblicos, criados por Frei Carlos Mesters. São folhetos



Carlos Alberto Libânio Cristo, Frei Betto

em linguagem popular — linguagem visual e não conceitual, concreta e não abstrata, como nas parábolas do Evangelho — onde os fatos da vida são comparados aos da Bíblia.

— Há no Brasil uma extensa rede de comunicação popular tecida

pela multiplicidade de boletins diocesanos, folhetos litúrgicos, cor del, cadernos de formação, elaborados pelas comunidades eclesiais de base.

(Frei Betto "O que é Comunidade Eclesial de Base", coleção primeiros passos, editora Brasiliense, Cr\$ 130,00).

Povo debate saúde em Sapopemba:

“que fazer nas comunidades?”

No último domingo, reuniram-se cerca de 150 pessoas de todos os bairros do Setor Sapopemba, representando mais de 20 comunidades, na Igreja de Cidade Satélite. Toda essa Assembléia representa toda uma caminhada de vários meses na preparação da Campanha da Fraternidade de 1981.

A preparação inicial da Campanha se deu principalmente na elaboração da "Via-Sacra do Povo hoje", material que será utilizado em todas as comunidades e grupos de rua durante a Quaresma.

A assembléia de preparação dos coordenadores e líderes das comunidades foi bastante participada, possibilitando uma reflexão bastante profunda e rica em torno do tema Saúde. O desenvolvimento do dia foi o seguinte: Apresentação das comunidades, mostra de slides sobre a situação de saúde do País e de nossos bairros, reflexão bíblico-teológica, e debate em pequenos grupos para tirar propostas de ação e finalmente plenário de conclusões, e explicação do uso do livrinho da Via-Sacra.

Apresentamos a seguir

uma síntese deste plenário e algumas das conclusões gerais.

O que fazer nas nossas comunidades?

Reuniões em pequenos grupos por ruas, Ações Organizadas após as reuniões, Ligação com os grupos de Pastoral de Saúde, Campanha de conscientização, através de cartazes, reuniões, abaixo-assinados, movimentos de saúde, Pesquisa sobre as condições de saúde do bairro, divulgação por meio de boletins sobre os locais de atendimento e sobre a medicina preventiva, orientação sobre medicação caseira e educação sobre higiene, visitar os doentes e hospitais, preparar bem o lançamento da CF-81 de forma a atingir todo o bairro, fortificar no bairro a consciência de que a saúde é um DIREITO e portanto está ligada ao trabalho fundamental da comunidade.

O que fazem em nosso Setor?

Lutas a serem desenvolvidas ou continuadas: Postos de saúde fiscalizados pela comunidade, saneamento básico, luz e água, pronto so-

corro e hospital, creches, melhores condições de trabalho e transporte, educação popular, movimentos de saúde.

Meios para levar adiante essas lutas: abaixo-assinados, grupos de pastoral de saúde, a nível de comunidade (grupo de trabalho) e de setor (comissão representativa), folhetos de conscientização, assembléias populares de saúde, subsídios: caderninhos populares, slides, filmes, palestras, reuniões nas ruas e nas comunidades, visita aos doentes, clube de mães, pesquisa no setor e nos bairros, fiscalizar constantemente as conquistas do povo.

O que nós concluímos de tudo isso?

1. O problema da saúde não deve ser um problema de grupinho dentro da Comunidade: A SAÚDE É UMA TAREFA DE TODOS.

2. A Luta pela Saúde para todos não pode ser uma luta isolada de outras lutas do povo, e sim estar estreitamente vinculada a elas, para podermos, unidos a outros movimentos populares, chegarmos a raiz dos problemas: A LUTA PELA SAÚDE DEVE

SER CONJUNTA E ATINGIR A RAIZ DO MAL.

3. A luta do povo pela saúde deve estar diretamente unida a luta dos operários, dentro das fábricas e nos sindicatos, pois só assim conseguiremos ir ao fundo da questão: A LUTA PELA SAÚDE ESTÁ UNIDA À LUTA OPERÁRIA.

Para finalizar Pe. Pedro, coordenador do Setor, incentivou todas as comunidades a formarem inúmeros grupos de reflexão para que o debate e as ações sobre a Saúde atinjam o maior número de pessoas em nossos bairros, e Pe. José Dillon, coordenador da Campanha no Setor, pediu que as comunidades discutam sobre a destinação do dinheiro da Campanha da Fraternidade, que será o nosso gesto concreto de fraternidade nesta Quaresma, sendo sugerido como dois projetos concretos: Alfabetização de Adultos com o Método de Paulo Freire; Ajuda ao povo de El Salvador frente a iminente invasão do imperialismo americano que está massacrando o povo salvadoreño. A resposta deverá ser levada pelos representantes na próxima reunião setorial.

Fernando Altemeyer Jr.

Participantes fizeram folheto

“A Via-Sacra da Fraternidade”

As comunidades do setor Sapopemba e São Mateus elaboraram um material bastante popular, feito pelos próprios participantes do Movimento de Saúde, para servir de reflexão aos grupos de ruas e comunidades nesta Campanha da fraternidade. O título do livrinho é: Via-Sacra do Povo Hoje, que está diretamente ligada ao caminho tortuoso que deve ser percorrido por aqueles que estão doentes e buscam assistência médica.

Apresentado por D. Luciano Mendes de Almeida, Bispo Regional que afirma que “as estações da Via-Sacra da Fraternidade ajudarão a pensar e a colocar em comum nossa fé, sofrimentos e esperança”.

O livrinho se propõe ser um instrumento que favoreça o diálogo, amizade, e a

descoberta de soluções entre as pessoas que participam, devendo portanto não ficar preso ao livrinho e buscar dar continuidade durante o ano ao nosso compromisso com a luta por melhores condições de “Vida e Saúde”.

As quinze estações da via-Sacra, que procuram mostrar a unidade entre o sofrimento e libertação de Cristo e os sofrimentos e lutas do povo hoje, estão divididas para uma melhor participação e aprofundamento em cinco temas centrais, que são: 1. Saúde e condições de Vida; 2. Saúde e Família; 3. Saúde e Trabalho; 4. “A política do governo” para a Saúde; 5. A luta do povo.

Cada estação além das perguntas para reflexão, traz para ajudar nos debates,

ilustrações de um camponês-operário Paulo Monteiro, que servem como apoio valioso para fazer surgir novas idéias e propostas. Os cantos presentes no final do livrinho são bem populares e trazem algumas versões de cantos tradicionais com letras modificadas, que possibilitam os grupos cantarem refletindo, como por exemplo, o Canto Tristeza do Povo (música Tristeza do Jeca): Nossa história é muito triste / e não tem jeito de agradar / Nós viemos de outras terras / na ilusão de melhorar. / Mas a vida aqui é dura, / e sem saúde é uma loucura / esta luta continuar. // No trabalho a gente dá mais produção / Nossas forças vão prá goela do patrão. // ...

Na última reunião o grupo assume um



compromisso de luta para chegar à vitória, afirmando várias vezes: Assumo plenamente o compromisso da minha fé, Senhor.

Desafiando os poderosos, é a Ti que eu quero louvar. E cantando dirão: Vem, caminheiro, o caminho é caminhar. ...

Mauá quer postos de saúde

O Movimento Pró-Saúde de Mauá — formado por várias entidades de bairro, de classe e culturais — está em plena campanha, reivindicando a construção de 14 postos de saúde no município. Mauá tem mais de 200 mil habitantes e apenas um posto, na área central, que atende a média de 550 pessoas, diariamente.

Além dos postos, o Movimento também quer a construção de pelo menos um hospital estadual, como relatou Paulo Ferreira que participa dele desde seu início. “A movimentação começou quando o secretário da Saúde anunciou a instalação de 400 postos de saúde

na Grande São Paulo”, relata Ferreira. “E encomendou à Prefeitura de Mauá um projeto para a região”. Este projeto previa a implantação de 11 postos, e várias entidades de Mauá se reuniram para discutir-lo. Chegaram à conclusão que precisavam de 14 postos de saúde. Foi assim que teve início o Movimento Pró-Saúde.

Essas reivindicações foram feitas ao secretário da Saúde através de um abaixo-assinado, entregue em outubro do ano passado, com 20 mil adesões. “O que fazemos questão de transmitir à população é que nosso movimento não visa apenas a construção dos postos”, diz

Paulo. Um dos objetivos principais é a garantia da atuação da comunidade em relação à saúde. Os integrantes do Movimento acreditam que o atendimento médico não supre todas as necessidades da população. Questões como saneamento básico, coleta de lixo e educação sanitária têm que estar conjuntamente solucionadas também.

Segundo Paulo Ferreira, que é representante do Conselho das Comunidades no Movimento Pró-Saúde, a mobilização quer garantir a execução do projeto, pois “os governantes sempre anunciam boas intenções, mas elas acabam ficando

do por aí”, e a interferência da população no seu funcionamento. Uma grande preocupação é garantir a qualidade do serviço do posto junto à população, e que na sua opinião, só ocorre com o envolvimento da comunidade.

Além disso, a movimentação pretende que no bairros se discuta a ligação do problema de saúde com as questões sócio-econômicas. Paulo: “O povo tem que compreender que não adianta constatar que o filho está doente, sempre, e levá-lo ao médico. Precisa saber porque isto ocorre, suas causas, e buscar solução concreta, participando”.

Uma outra questão, mais imediata, que vem preocupando o movimento é a sua ampliação. Para mobilizar mais setores da população de Mauá — estão representadas 25 entidades até agora — serão promovidas Semanas de Saúde regionais.

A primeira será na Paróquia São Pedro, em Vila Guarani de 5 a 8 de março. O temário conterá questões sobre Medicina Popular, Educação Sanitária e Participação da População nas Atividades de Centros de Saúde. D. Claudio Hummes será um dos conferencistas e falará sobre Igreja e Saúde, tema da Campanha da Fraternidade.

Creche na rua

do Carmo

pode fechar

As quarenta crianças de famílias carentes que moram na rua do Carmo e adjacências, matriculadas no Jardim de Infância e Centro Comunitário da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, no Centro, poderão perder o lugar onde são abrigadas enquanto as mães, a maioria operária, trabalham. A pequena e bem cuidada escola, que funciona em um pavilhão anexo à igreja, já começa a ser atingida pela infiltração das chuvas que estão destruindo o templo, tombado em 1974 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado — Condephaat.

Dona Rosa Prado, uma veterana professora primária que cuida das crianças e as alfabetiza, ainda acredita que o Condephaat ou outro órgão governamental inicie a restauração da igreja, prometida há um ano. Sua grande preocupação, no momento, é encontrar "alguém de boa vontade" que lhe empreste um salão onde possa continuar a cuidar dos menores — que lhe são confiados por famílias moradoras em cortiços, quartos de pensões e pequenos apartamentos da região — pois, como viúva, dispõe de pouquíssimos recursos. O Jardim de Infância, que ela prefere chamar de creche, não recebe qualquer ajuda oficial e é mantido por alguns paroquianos.

ESQUECIMENTO

Na igreja, as poucas mulheres que conservam o edifício e lutam contra os danos causados pela infiltração das chuvas dizem que tudo parece mais esquecido pelas autoridades depois que o padre Pepino morreu, no último dia 4. O padre Pepino — cujo nome verdadeiro era Giovanni Novati — vivia angariando fundos, junto às autoridades e à comunidade, para a reforma urgente do templo que, dizia, pode desabar a qualquer momento.

Em novembro do ano passado, o padre informou que o Condephaat prometera (em março) uma verba de Cr\$ 3 milhões para a preservação do templo, construído há 171 anos e que, segundo o religioso, "é uma rara peça barroca". Até hoje esse dinheiro não foi liberado. Depois que o padre morreu, o Condephaat, disse uma paroquiana, limitou-se a dar um telefonema sem nada adiantar quanto à restauração.

Ainda em novembro, o padre Pepino conseguiu mais de mil metros quadrados de lona que dez bombeiros do 1.º Grupo de Busca e Salvamento estenderam sobre o telhado, como tentativa de "evitar a destruição do que ainda resta de uma das poucas e mais antigas obras históricas de São Paulo". Com a exceção de alguns remendos improvisados, com cimento, nas partes de taipas que caem, foi a maior providência tomada até agora para evitar a erosão. E não deu certo, porque a lona foi arrancada pelo vento e acabou destruindo mais telhas, aumentando a infiltração e as goteiras.



Olgária, Heleieth, Marilena, Carmem, e Irede participaram da mesa.

Mulheres discutem a maternidade

A posição e os problemas da mulher diante da família, do casamento e do trabalho dentro e fora de casa foram analisados ontem à tarde, com o auditório da "Folha" lotado, no debate público "A Maternidade, o Aborto e o Casamento", coordenado pela professora Marilena Chaui, do Departamento de Filosofia Política da USP. O debate, que faz parte da série "Encontros na 'Folha'" e será publicado no "Folhetim", contou com a participação da psicóloga Carmem Barroso, da Fundação Carlos Chagas; da jornalista Irede Cardoso; da professora Olgária Ferez, do Departamento de Filosofia da USP; da socióloga e professora da Unesp, Heleieth Saffioti e da escritora Ligia Fagundes Teles.

Inicialmente, a coordenadora do debate, Marilena Chaui, lembrou as transformações ocorridas nos últimos anos nas idéias e sentimentos das mulheres em relação à maternidade. "Tradicionalmente, a maternidade era tida como um fator biológico natural, um valor moral tipicamente feminino e uma espécie de graça religiosa. As lutas femininas iniciaram então um trabalho para desmontar este mito de ser mãe, mas ainda resta o perigo do mito da bela maternidade, em que toda responsabilidade continua recaindo sobre a mulher."

Por outro lado, a jornalista Irede Cardoso, da "Folha", disse que acredita que as mulheres já estão tendo consciência de que ter um filho é um ato político, é reproduzir a força de trabalho. "Quando isso acontece também começa a existir a

consciência de que se deve reivindicar creches e a divisão de tarefas domésticas com o companheiro." O movimento de politização da maternidade também foi ressaltado pela psicóloga Carmem Barroso, da Fundação Carlos Chagas, que defende a sua redefinição em dois aspectos complementares: a redivisão social do trabalho de cuidar dos filhos e a liberdade para controlar sua própria capacidade reprodutiva.

A questão da maternidade, que se situa no novo programa do feminismo segundo a socióloga Heleieth Saffioti, não deve excluir de seu debate o homem. "Essa redefinição de conceitos será impossível se não forem revisados, ao mesmo tempo, os comportamentos e modelos masculinos de papéis. Para que não se crie um novo mito em torno da maternidade é que acho fundamental que seja dado ao homem o privilégio de participar da maternidade." Por sua vez, Olgária Ferez, do Departamento de Filosofia da USP, criticou o crescente processo de masculinização da cultura ocidental, onde a maternidade é vista como obstáculo à livre emancipação da mulher.

A instituição da família foi duramente criticada durante o debate, tendo em vista a forma patriarcal e opressora em que se encontra atualmente. A professora Marilena Chaui classificou a família de "verdadeiro vespeiro, fonte de contradições e conflitos". Segundo ela, ainda existe uma grande confusão entre trabalho para a família e trabalho de casa, que surgiu principalmente quando a mulher passou a lutar pelo

direito ao trabalho fora de casa. "Isso pode legitimar a naturalidade do trabalho doméstico como forma de exploração e como se o trabalho fosse para a família e não para a casa, que é apenas uma unidade material de produção, reprodução e de consumo. Por isso, a descoberta da diferença entre família e casa é muito rica na medida em que é possível redefinir o conceito de família."

Esta posição foi contestada pela escritora Ligia Fagundes Teles, para quem a divisão entre família e casa é apenas teórica. Segundo ela, o conflito existente na família não pode ser resolvido com a reestruturação ou fim desta instituição, já que faz parte da condição do próprio homem. A escritora ressaltou também que não se pode subestimar o trabalho da mulher em casa, se ela tiver vocação para isto e se sentir realizada.

A idéia de "vocação para dona de casa" foi duramente rebatida pelas outras debatedoras que argumentaram que a mulher não opta por ser dona de casa, sendo apenas condicionada para isso. Para a jornalista Irede Cardoso, não adianta apenas trabalhar fora, mas lutar e exigir uma transformação social no mundo. "Que faz a dona de casa para transformar o mundo se não frequenta as suas associações de classe e se não age politicamente? O feminismo é um movimento com muitas contradições mas com a certeza de que a mulher deve questionar o seu papel no mundo, ver qual é a sua responsabilidade, se desalienar."